



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIZAL

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

011. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE SOCIAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, preferencialmente com caneta esferográfica de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **06**.

Todos sabemos que para falar a uma criança e ser verdadeiramente ouvido por ela é preciso ter clareza sobre o que sentimos e o que queremos transmitir. No caso do luto, nossa dificuldade para lidar com o assunto pode atrapalhar – e muito – a forma como uma criança que perdeu alguém querido vai reagir. A raiz do problema está na nossa cultura: os tabus relacionados à morte tornam ainda mais dura a vivência infantil do luto. Nossa tendência é preferir o silêncio para não enfrentar nossa própria dor nem vê-la refletida no outro.

No Ocidente, a morte ainda é tabu. Quase não falamos sobre isso e torcemos para que a criança não pergunte e não tenhamos de responder. O desconforto maior, na verdade, é do adulto. É parte da nossa cultura a dificuldade de falar sobre coisas tristes.

Uma proposta que poderia ajudar a quebrar o tabu é a da psicóloga americana Jessica Zitter. Ela acredita que deveríamos incluir os temas do luto e da morte no currículo escolar. Mas, até uma iniciativa dessa ser aceita e tornar-se acessível a toda a sociedade, as crianças verão e sentirão os adultos lidando de forma problemática com o luto, o que aumentará ainda mais sua insegurança. Tendo perdido um dos pais, elas vivem situações como o Dia dos Pais ou o Dia das Mães na escola. São ocasiões em que a exposição da ausência intensifica a dor. Sobre isso, vai a primeira provocação: não seria hora de as escolas eliminarem esses dias e passarem a adotar – se acharem importante – o Dia da Família? Isso poderia ajudar muito.

(Rita de Almeida. A infância e a morte. *Veja*, 03.01.2018. Adaptado)

01. Do ponto de vista da autora,

- (A) a dificuldade de lidar com a morte, em nossa cultura, decorre principalmente da interdição associada ao tema, a qual acaba funcionando como forma de evitar a dor e o pesar.
- (B) falar a uma criança exige que o adulto não aborde assuntos constrangedores, que provoquem nela reações indesejáveis de desespero ou medo.
- (C) a cultura ocidental alimenta no ser humano tabus que o levam a enfrentar temas tendentes a expor suas fragilidades diante de situações desagradáveis.
- (D) a infância deve ser protegida de temas incômodos como a morte, especialmente quando esta afeta sua inocência e altera a naturalidade com que trata a dor de perder entes queridos.
- (E) falar do tema da morte e do luto com crianças se torna um problema quando gera insegurança, especialmente para as que ainda não aceitam comemorar o Dia da Família.

02. Assinale a alternativa que reescreve a passagem “Nossa tendência é preferir o silêncio para não enfrentar nossa própria dor nem vê-la refletida no outro.”, de acordo com a norma-padrão.

- (A) Temos tendência de preferir o silêncio à fim de não enfrentar a própria dor nem a ver refletida no outro.
- (B) Tendemos em preferir o silêncio do que enfrentar a própria dor ou ver seu reflexo no outro.
- (C) Tendemos a preferir o silêncio a enfrentar a própria dor e a ver-lhe o reflexo no outro.
- (D) Nossa tendência é dar preferência para o silêncio do que enfrentar à dor e ver ela refletida no outro.
- (E) Tendemos à preferir o silêncio à fim de não enfrentar a própria dor, tão pouco vê-la refletida no outro.

03. Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma-padrão de concordância.

- (A) Sabe-se que o adulto deve ter clareza ao falar a crianças que verdadeiramente o ouça.
- (B) Acredita-se que se deveriam incluir os temas do luto e da morte no currículo escolar.
- (C) Quase não se comenta assuntos tristes e torcem-se para as crianças não fazer perguntas.
- (D) Quando chega certas datas especiais, fica complicado para algumas crianças a comemoração.
- (E) Constatam-se que algumas crianças que perderam os pais tem dificuldade de lidar com o assunto.

04. Na passagem “Uma proposta que **poderia** ajudar a quebrar o tabu é a da psicóloga americana Jessica Zitter. Ela acredita que **deveríamos** incluir os temas do luto e da morte no currículo escolar.”, as formas verbais destacadas indicam que as ações de ajudar e incluir são

- (A) possíveis, de consecução definida em futuro já especificado.
- (B) imprecisas, cuja realização independe de condições especiais.
- (C) supostas, cuja realização em futuro próximo não se põe em dúvida.
- (D) sugeridas, com indicação de certeza de realização futura.
- (E) hipotéticas, a serem consideradas e ainda não realizadas.

05. Observe o emprego do travessão duplo nas seguintes passagens:

- No caso do luto, nossa dificuldade para lidar com o assunto pode atrapalhar – e muito – a forma como uma criança que perdeu alguém querido vai reagir.
- ... não seria hora de as escolas eliminarem esses dias e passarem a adotar – se acharem importante – o Dia da Família?

É correto afirmar que esse sinal de pontuação está empregado nas passagens isolando informações para, respectivamente,

- (A) intensificar um ponto de vista da autora; corrigir a opinião da autora.
- (B) corroborar uma opinião da autora; retificar a opinião de outrem.
- (C) contraditar uma opinião da autora; desconsiderar a opinião de outrem.
- (D) enfatizar uma opinião da autora; admitir a opinião de outrem.
- (E) reforçar a opinião da autora; qualificar a opinião da autora com a opinião de outrem.

06. Assinale a alternativa em que o emprego e a colocação dos pronomes, nas expressões destacadas, estão de acordo com a norma-padrão.

- (A) Tanto para o adulto como para a criança, a vivência do luto é difícil, e os tabus relacionados à morte **tornam-na** ainda mais difícil.
- (B) Quase não falamos sobre o assunto e torcemos para que as crianças nada questionem e não tenhamos de **respondê-las**.
- (C) Os adultos não sabem lidar com o luto, e as crianças verão e **sentirão-lhes** lidando de forma problemática com isso.
- (D) Os pais são muito importantes para as crianças, e, tendo **perdido-os**, elas vivem situações difíceis na escola.
- (E) Temos dificuldades em lidar com coisas tristes e não **dispomo-nos** a falar delas.

07. Leia a tira, para responder a esta questão.



(Ciça, *Pagando o pato*)

O efeito de sentido da tira consiste em

- (A) apontar com neutralidade os valores ditados pelo mundo do consumo como metas a serem atingidas para garantir a felicidade.
- (B) expressar com ironia o desapego da personagem a critérios de valoração da beleza que interferem em suas relações pessoais.
- (C) definir com didatismo a necessidade humana de adequar-se a princípios ditados por padrões de preservação da juventude.
- (D) expor criticamente discursos estereotipados de idealização da juventude e da beleza como justificativa de uma existência bem-sucedida.
- (E) sintetizar discursos circulantes acerca da importância de manter-se atualizado em matéria de práticas de bem-estar.

Leia o texto, para responder às questões de números 08 a 10.

Eram duas mulheres brigando – e depois não houve nada. Embolaram-se por qualquer motivo, e não queriam desprender-se uma da outra. Não havendo superioridade física acentuada de uma das partes, as duas se fundiram num corpo confuso e sacudido de vibrações que ia e vinha pela calçada, lento e brusco, nervoso e rítmico. O instinto de dança subsistia no íntimo das contendoras, prevalecendo sobre as tentativas dos corpos para se abaterem mutuamente, e tudo se fazia em silêncio, como se baila, mesmo porque nenhuma palavra adiantaria à cólera das mulheres, que só o jogo de músculos e nervos saberia exprimir numa linguagem dinâmica e cheia de conseqüências.

Brigaram bem cinco minutos, uma eternidade para entretidos. Não tinham pressa de acabar. Brigavam com fúria e ao mesmo tempo com método. O fato de uma não ser bastante vigorosa para decidir logo a peleja não impediu que ela dominasse a outra. Dominava, mas a outra não se rendia.

(Carlos Drummond de Andrade. *Luta. Fala, amendoeira*)

08. A cena de uma briga de duas mulheres é caracterizada pelo narrador com expressões que descrevem
- sentimentos íntimos associados a ira e vingança.
 - movimentos corporais comparados aos de um bailado.
 - ações indicativas de impaciência e desordem.
 - manifestações verbais sem nexos com os acontecimentos.
 - sensações que denotam reação verbal a provocações.
09. A passagem do texto em que o trecho destacado expressa o sentido de causa em relação àquele a que se vincula é:
- O instinto de dança subsistia no íntimo das contendoras, **prevalendo sobre as tentativas dos corpos...**
 - Dominava, **mas a outra não se rendia.**
 - Não havendo superioridade física acentuada de uma das partes**, as duas se fundiram num corpo confuso e sacudido de vibrações...
 - Embolaram-se por qualquer motivo, **e não queriam desprender-se uma da outra.**
 - O fato de uma não ser bastante vigorosa **para decidir logo a peleja** não impediu que ela dominasse a outra.
10. Observe as palavras destacadas na passagem “O fato de uma não ser bastante **vigorosa** para decidir logo a **peleja** não impediu que ela dominasse a outra.” e assinale a alternativa em que se aponta, respectivamente, o antônimo da primeira delas e o sinônimo da segunda.
- Fraca; ofensa.
 - Inábil; questão.
 - Covarde; luta.
 - Segura; disputa.
 - Débil; contenda.
11. Em uma 5ª feira, foram atendidos no pronto atendimento de um hospital 36 pacientes, dos quais $\frac{1}{4}$ recebeu alta no mesmo dia. Entre os demais pacientes, $\frac{7}{9}$ ficaram em observação e receberam alta no dia seguinte, e os demais foram internados. Em relação ao número total de pacientes atendidos no pronto atendimento na 5ª feira, aqueles que foram internados representam
- $\frac{1}{2}$
 - $\frac{1}{3}$
 - $\frac{1}{4}$
 - $\frac{1}{6}$
 - $\frac{1}{9}$
12. Um paciente ingere três medicamentos, A, B e C, simultaneamente, às 9 horas do dia 2 de fevereiro. O medicamento A é ingerido a cada 5 horas, o medicamento B é ingerido a cada 6 horas, e o medicamento C é ingerido a cada 3 horas. O próximo horário no qual os três medicamentos serão ingeridos simultaneamente será às
- 3 horas do dia 3 de fevereiro.
 - 15 horas do dia 3 de fevereiro.
 - 15 horas do dia 2 de fevereiro.
 - 19 horas do dia 2 de fevereiro.
 - 21 horas do dia 2 de fevereiro.

13. Em um canteiro, foram plantadas 135 mudas de capim-cidreira; após um mês do plantio, constatou-se que a razão entre o número de mudas que não vingaram e o número de mudas que vingaram era $\frac{2}{7}$. Se 3 mudas que não vingaram tivessem vingado, a razão entre o número de mudas que não vingaram e o número de mudas que vingaram seria
- (A) $\frac{1}{4}$
- (B) $\frac{1}{5}$
- (C) $\frac{1}{6}$
- (D) $\frac{1}{7}$
- (E) $\frac{1}{8}$
14. Um posto de saúde recebeu 2 lotes de vacinas, num total de 2700 doses. Sabendo-se que o número de doses do 2º lote corresponde a 80% do número de doses do 1º lote, então o número de doses do 2º lote é
- (A) 1600.
- (B) 1500.
- (C) 1400.
- (D) 1300.
- (E) 1200.
15. Para encher totalmente com água um reservatório que está vazio, utilizou-se, durante 15 horas, uma mangueira que despejava 5 litros por minuto. Para que esse reservatório ficasse totalmente cheio em 12 horas, o número de litros que uma mangueira deveria despejar por minuto seria
- (A) 5,50.
- (B) 5,75.
- (C) 6,00.
- (D) 6,25.
- (E) 6,50.

16. A tabela mostra os itens comprados por uma pessoa, a respectiva quantidade e o valor unitário dos itens.

Item	Quantidade	Valor unitário
Seringas	15	R\$ 4,00
Pares de luvas descartáveis	12	R\$ 5,50
Pacotes de gaze	8	?

Considerando-se os 35 itens comprados, na média, cada item saiu por R\$ 4,40. O preço unitário de um pacote de gaze é

- (A) R\$ 4,00.
 (B) R\$ 3,80.
 (C) R\$ 3,50.
 (D) R\$ 3,30.
 (E) R\$ 3,00.
17. Em uma caixa, há 77 pastas coloridas, algumas na cor vermelha e as demais na cor amarela. Sabendo-se que o número de pastas vermelhas corresponde a $\frac{5}{6}$ do número de pastas amarelas, então o número de pastas amarelas supera o número de pastas vermelhas em
- (A) 7 unidades.
 (B) 6 unidades.
 (C) 5 unidades.
 (D) 4 unidades.
 (E) 3 unidades.
18. Um prisma reto de base quadrada, com 25 cm de altura interna, conforme mostra a figura, tem capacidade máxima para 1,6 litro de água.

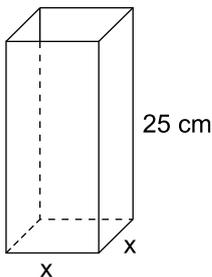


Figura fora de escala

Para que esse prisma pudesse conter exatamente 2 litros de água, sem alterar o formato e as medidas de sua base, seria necessária uma altura igual a

- (A) 30,25 cm.
 (B) 30,50 cm.
 (C) 30,75 cm.
 (D) 31,00 cm.
 (E) 31,25 cm.

19. Um terreno retangular ABCD tem uma parte de sua área destinada a um estacionamento e a outra parte destinada a um lava rápido, conforme mostra a figura.

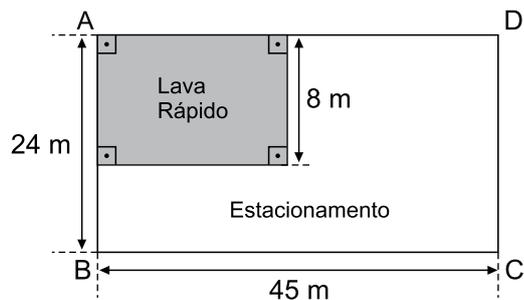


Figura fora de escala

Sabendo-se que o perímetro do lava rápido é 46 m, então a área do estacionamento é

- (A) 1080 m².
 (B) 960 m².
 (C) 540 m².
 (D) 450 m².
 (E) 320 m².
20. Um capital A, de R\$ 1.500,00, aplicado a juros simples com taxa mensal de 0,80% rendeu os mesmos juros que um capital B, de R\$ 1.800,00, também aplicado a juros simples, com taxa mensal de 0,6%. Sabendo-se que o capital B ficou aplicado um mês a mais que o capital A, então o número de meses que o capital B ficou aplicado foi
- (A) 8.
 (B) 9.
 (C) 10.
 (D) 11.
 (E) 12.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A apropriação e o desenvolvimento no Serviço Social brasileiro, das diversas tendências de análise e interpretações sobre a realidade social e sobre a intervenção profissional, não se mostraram isentos de tensões e confrontos internos. Foi no âmbito do movimento de reconceituação, na década de 1970, que se definiram, explicitamente, as diferentes vertentes voltadas à fundamentação do exercício do Serviço Social: a de inspiração fenomenológica, a marxista e a modernizadora, esta última caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e mais tarde
- (A) materialistas.
 - (B) sistêmicas.
 - (C) progressistas.
 - (D) neoliberais.
 - (E) racionalistas.
22. Para entender a profissão em seu processo de institucionalização, é preciso situá-la no contexto capitalista, produtor de práticas sociais, políticas e culturais, que permeiam a trama de relações da sociedade. O conceito de reprodução dessas relações sociais é fundamental para apreender o Serviço Social como instituição inserida na sociedade. Tal inserção implica considerar o Serviço Social a partir de dois ângulos: como realidade vivida e representada pela consciência de seus agentes profissionais e como atividade que independe da sua vontade e consciência, por ser socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas, que imprimem ao exercício profissional certa
- (A) autonomia pessoal.
 - (B) coesão política.
 - (C) característica subjetiva.
 - (D) direção social.
 - (E) vivência empírica.
23. A interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inicia-se na década de 1960. Essa aproximação processa-se no interior de um movimento social que não é exclusivo ao Brasil, caracterizado pela pressão dos movimentos revolucionários, pela rebelião estudantil e pelas influências internas do golpe militar de 1964. É nesse contexto que emerge a Reconceituação do Serviço Social na América Latina que, no âmbito da profissão, questionou
- (A) as prerrogativas do Estado.
 - (B) o lugar das entidades sociais.
 - (C) o significado da ação profissional.
 - (D) a luta pelo ensino profissional.
 - (E) o protagonismo da sociedade.
24. Na atualidade, o Serviço Social apresenta respostas profissionais a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, ideológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Caracterizam o exercício profissional as distintas concepções acerca das possibilidades de intervenção face à análise dos conflitos, das tensões e contradições que compõem os cenários da sociedade brasileira. No entanto, é hegemônico no Serviço Social os referenciais para sua intervenção, construídos ao longo das últimas décadas, entre os quais destacam-se o Código de Ética, as diretrizes curriculares e
- (A) a regulamentação legal da profissão.
 - (B) a tendência teórica cientificista.
 - (C) o padrão instrumental inicial.
 - (D) o princípio da alteridade.
 - (E) o fundamento técnico-empirista.
25. Há uma conexão entre o Serviço Social e as Políticas Sociais, na medida em que os assistentes sociais atuam nessas políticas, intervindo nas mais variadas expressões da questão social, na perspectiva de acesso aos direitos sociais. No entanto, as recentes mudanças societárias capitalistas repercutem diretamente nas políticas sociais, resultando em um quadro de retração dos direitos sociais dos cidadãos. Frente aos desafios postos à intervenção profissional, em vista do redesenho das políticas sociais, estudiosos do assunto são categóricos em afirmar que não há uma nova questão social e sim sua forma mais radical e alienada, caracterizada pela banalização do humano e pela
- (A) precarização da economia.
 - (B) desmotivação profissional.
 - (C) recuperação da cidadania.
 - (D) invisibilidade do trabalho social.
 - (E) superação de demandas sociais.
26. O Serviço Social, compreendido como uma especialização do trabalho na sociedade capitalista, surge quando o Estado passa a implementar as políticas sociais, em resposta às expressões da questão social. Novas configurações do Estado apresentam-se diante das inúmeras mudanças do contexto socioeconômico e das correlações de forças sociais. Permeada pelo seu projeto ético-político, a profissão acompanha as alterações e fases do capital, por meio
- (A) da ampliação ou restrição de suas benesses.
 - (B) do alcance ou limite das demandas sociais.
 - (C) de avanços ou retrocessos da própria profissão.
 - (D) da inclusão ou exclusão da população usuária.
 - (E) da expansão ou retração das funções do Estado.

27. Há uma profunda relação entre as mudanças na ordem capitalista e as transformações que ocorrem nas políticas sociais. Alterações na esfera da produção e do trabalho, associadas à hegemonia liberal-financeira, estão diretamente vinculadas à ruptura da relação trabalho/proteção social e à reconfiguração das políticas sociais. Tais políticas passam a ser condicionadas à lógica da contrapartida de seus beneficiários, tornando-se cada vez mais
- (A) descentralizadas.
 - (B) estatizadas.
 - (C) focalizadas.
 - (D) socializadas.
 - (E) publicizadas.
28. Diante da perspectiva neoliberal, que desvincula a pobreza de seus determinantes estruturais, atribui-se aos pobres a responsabilidade de superação da pobreza, por meio de seus próprios recursos; trata-se de ativar trabalhos precarizados, intensificados e superexplorados. Considerando que o exercício do Serviço Social se desenvolve no contexto de relações entre classes e, diante dessa perspectiva incidente sobre a política social, a superação da pobreza toma o lugar
- (A) da luta de classes.
 - (B) dos pressupostos do capital.
 - (C) das políticas públicas.
 - (D) dos incentivos privados.
 - (E) da contrapartida solidária.
29. A tradição profissional trata o conjunto de atividades desempenhadas pelo assistente social como prática, vinculando-a à categoria de práxis social. Uma das mudanças na análise do exercício profissional é aquela que considera o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, no capitalismo. Transitar de uma interpretação para outra não é uma mudança de nomenclatura, mas de concepção. Significa entender que o trabalho do assistente social se organiza conforme as exigências econômicas e sociopolíticas da acumulação capitalista, moldando-se em função das condições e relações específicas em que se realiza, como partícipe
- (A) da práxis política.
 - (B) do movimento de reciprocidade.
 - (C) da dimensão relacional.
 - (D) de processos de trabalho.
 - (E) de ambientes de poder.
30. O parecer social é uma manifestação emitida como parte final ou conclusão de um laudo ou como resposta à solicitação colocada ao assistente social. De forma sucinta, deve focar nos objetivos do trabalho solicitado e na situação analisada, pautando-se em fundamentos teóricos, éticos e técnicos, inerentes ao Serviço Social. Nesse sentido, é correto afirmar que, considerando seu caráter conclusivo, o parecer social deve
- (A) indicar exclusivamente procedimentos legais a serem tomados pelo solicitante.
 - (B) expressar claramente a perspectiva profissional em relação à situação analisada.
 - (C) propor objetivamente estratégias de atendimento para adequações ao caso.
 - (D) definir concretamente condições para a superação de uma situação problema.
 - (E) estabelecer explicitamente parâmetros condizentes com o *status quo*.
31. A partir da primeira metade dos anos de 1930, o Estado amplia sua abordagem pública da questão social por meio de ações voltadas para a emergente classe operária brasileira, com atividades educacionais, serviços sanitários, entre outras. Para o trabalhador, sem carteira assinada ou desempregado, restavam as obras sociais e filantrópicas que se mantiveram responsáveis pela assistência e segregação dos mais pobres. A ação filantrópica, nesse período, efetiva-se como reação à questão social sob a perspectiva
- (A) de princípios éticos profissionais.
 - (B) da teoria social de Marx.
 - (C) da igualdade de tratamento a todos.
 - (D) da doutrina social da Igreja.
 - (E) da vertente fenomenológica.
32. A recorrente analogia entre assistência social e filantropia não é resultado de mero desconhecimento de suas diferenças, mas se trata de uma atitude orientada por uma intencionalidade de manutenção da assistência sob a ótica do dever moral e submetida a interesses clientelistas e paternalistas. Outra explicação para tal equivalência é da resistência imposta para a implementação da assistência social, na medida em que é uma política em constante conflito com as formas capitalistas de
- (A) organização social do trabalho.
 - (B) geração constante de mudanças.
 - (C) alcance da cidadania.
 - (D) instituição e garantia de estabilidade.
 - (E) inclusão social do trabalhador.

- 33.** Em se tratando da relação interventiva do Serviço Social com os processos de mobilização e organização popular, é correto afirmar que há, na contemporaneidade, duas tendências: uma restrita ao compromisso com as lutas das classes subalternas pela defesa dos direitos, na perspectiva do Estado de bem-estar, e outra comprometida com essas lutas no sentido da superação da ordem burguesa e construção do socialismo. Ambas entendem que o Serviço Social possui uma função que produz efeitos na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos com a ação profissional, função esta denominada
- (A) busca ativa.
 - (B) perspectiva da autonomia.
 - (C) fortalecimento de vínculos.
 - (D) solidariedade social.
 - (E) pedagogia emancipatória.
- 34.** Historicamente o Serviço Social teve sua atividade legitimada pelo conjunto da sociedade por meio da implementação das instituições criadas pelo Estado ou a ele associadas. Com a tendência de redução do Estado, tem-se a diminuição do espaço profissional do assistente social mediante a racionalização dos gastos com as políticas sociais, o sucateamento do aparato organizacional e institucional e a precarização das condições de trabalho, principalmente em face do processo de
- (A) produção.
 - (B) terceirização.
 - (C) descentralização.
 - (D) estruturação.
 - (E) cooperação.
- 35.** O caráter interdisciplinar se faz presente no Serviço Social, tanto no seu processo de formação e produção do conhecimento como em suas ações profissionais. No entanto, ao discutir interdisciplinaridade é necessário atentar para os conceitos de multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade, que apresentam variações no grau de cooperação e coordenação entre as disciplinas. Nesses aspectos, a interdisciplinaridade situa-se em um nível avançado, na medida em que todo o conhecimento é valorizado e as relações de intersubjetividade e de co-propriedade são baseadas em uma atitude de
- (A) alternância.
 - (B) liberalidade.
 - (C) diálogo.
 - (D) determinação.
 - (E) permanência.
- 36.** O compromisso com os usuários supõe que o assistente social tenha uma postura responsável e respeitosa em relação às suas escolhas, mesmo que expressem diferenças em relação aos valores pessoais do profissional. De acordo com o art. 5º do Código de Ética Profissional, destaca-se, entre os deveres do assistente social nas suas relações com os usuários,
- (A) acolher desagravo público por ofensa que atinja a sua honra como usuário.
 - (B) respeitar os princípios éticos dos usuários, denunciando atos que os contrariem.
 - (C) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
 - (D) facilitar o livre acesso da população usuária aos espaços das entidades públicas ou privadas.
 - (E) ser solidário com os usuários de forma a garantir a qualidade do exercício profissional.
- 37.** Conforme art. 19 (§ 3º) do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, sendo que a sua manutenção ou reintegração à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência. Ainda de acordo com o referido artigo (§ 5º), à criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional será
- (A) garantido o retorno à família de origem.
 - (B) garantida a convivência integral.
 - (C) garantida a visita diária.
 - (D) garantido o encaminhamento à família acolhedora.
 - (E) garantida a permanência controlada.
- 38.** Conforme prescrições contempladas no art. 71 do ECA, a criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Ainda de acordo com o ECA (art. 70-B), as entidades, públicas e privadas, que atuem nas áreas a que se refere o art. 71, dentre outras, devem contar, em seus quadros, com pessoas capacitadas a reconhecer suspeitas ou casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes e comunicar
- (A) ao Conselho Tutelar.
 - (B) à Defensoria Pública.
 - (C) ao Juiz da Infância e Juventude.
 - (D) ao Conselho dos Direitos.
 - (E) à Delegacia de Polícia.

- 39.** O acolhimento institucional é uma das medidas específicas de proteção à criança e ao adolescente, provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta. De acordo com o art. 101 (§ 3º e 4º) do ECA, crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento expedida pela autoridade judiciária. É correto afirmar que, imediatamente após o acolhimento, a entidade responsável pelo programa
- (A) providenciará seu encaminhamento à família substituta.
 - (B) determinará suspensão do poder familiar.
 - (C) encaminhará seu retorno à família de origem.
 - (D) elaborará um plano individual de atendimento.
 - (E) definirá condutas aplicáveis aos pais ou responsáveis.
- 40.** A colocação de criança ou adolescente em família substituta é feita mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente de sua situação jurídica. Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional e, tratando-se de maior de doze anos de idade, será necessário seu consentimento. No sentido de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida, o art. 28 (§ 3º) do ECA estabelece que, na apreciação do pedido de guarda, tutela e adoção, deverá ser levado em conta o grau de parentesco e a
- (A) situação socioeconômica do solicitante.
 - (B) maturidade subjetiva e psicológica.
 - (C) certidão de antecedentes criminais do requerente.
 - (D) composição e o modelo das relações familiares.
 - (E) relação de afinidade ou de afetividade.
- 41.** Em se tratando de adoção, o art. 50 do ECA define que a autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção. O § 3º, do referido artigo, incluído no ECA pela Lei nº 12.010/2009, determina que a inscrição de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de
- (A) guarda, tutela e adoção.
 - (B) garantia do direito à convivência familiar.
 - (C) proteção social básica.
 - (D) acolhimento institucional provisório.
 - (E) apoio jurídico e psicossocial familiar.
- 42.** Ao contrário de um processo-crime instaurado em relação a imputáveis e consequente aplicação de uma sanção estatal, a finalidade da apuração de ato infracional praticado por adolescente é promover a sua proteção integral. De acordo com os arts. 171 e 172 do ECA, a primeira medida a ser adotada, por ocasião da apreensão do adolescente por força de ordem judicial, é de seu encaminhamento à autoridade judiciária; se apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado
- (A) ao Conselho Tutelar.
 - (B) ao Centro de Internação Provisória.
 - (C) ao Juiz da Infância e Juventude.
 - (D) à autoridade policial.
 - (E) a tutor indicado.
- 43.** O Estatuto da Criança e do Adolescente alterou profundamente a abordagem ao ato infracional praticado por adolescentes, a começar por defini-lo como conduta descrita como crime ou contravenção penal. Tornando-o uma categoria jurídica precisa, garantiu o devido processo legal, a ampla defesa e previu um conjunto de medidas socioeducativas, das mais brandas às mais gravosas.
- Dentre tais medidas, definidas no art. 112 do ECA e aplicáveis aos adolescentes, está
- (A) a internação em estabelecimento educacional.
 - (B) a privação de liberdade custodiada.
 - (C) o abrigo em entidade.
 - (D) a inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários.
 - (E) o encaminhamento para tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico.
- 44.** A aplicação de uma medida socioeducativa a um adolescente, após ser submetido ao devido processo legal, por meio do qual foi confirmado a prática de um ato infracional, é uma resposta formal do Estado, de dimensão sancionatória, conforme prevista no ECA. Tal dimensão ultrapassa o conceito de adolescente como vítima de causas sociais ou familiares, considerando-o como
- (A) passível de recuperação.
 - (B) foco da negligência social.
 - (C) inconsequente em relação ao seu ato.
 - (D) sujeito a reincidências.
 - (E) responsável por suas ações.

45. Em se tratando da violência, conforme denúncia da Organização Mundial da Saúde, é um dos maiores problemas de saúde pública do mundo. Na atualidade, são mais frequentes as denúncias sobre a violência intrafamiliar de crianças, apresentando, no entanto, dificuldades no esclarecimento dos fatos e na confirmação dessa violência. Há quem defenda a inquirição da criança como obrigatória e aqueles que sustentam a prática do depoimento sem dano, como procedimento minimizador do primeiro. Há, também, a perspectiva que entende que procedimentos voltados a sobrecarregar a criança com a produção de provas precisam ser repensados à luz dos conhecimentos científicos, da proteção integral e
- (A) das mudanças societárias.
 - (B) do contexto em que se situa.
 - (C) dos direitos humanos.
 - (D) do apoio familiar existente.
 - (E) das condições socioeconômicas.
46. Na contemporaneidade, a família vem sofrendo mudanças em sua organização e composição, acompanhando as transformações da sociedade, o que atinge as suas relações internas. Mesmo com essas alterações, as famílias não perderam a sua potencial condição de assegurar a proteção e a inclusão social de seus membros. No novo contexto econômico e cultural, as novas configurações familiares não devem ser compreendidas como fontes de desvio e fragilidades, mas como novas alternativas de
- (A) recuperação de seu status.
 - (B) reestruturação familiar.
 - (C) convívio harmônico.
 - (D) reedição de seus valores.
 - (E) sociabilidades familiares.
47. A mediação de grupos de famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) está entre as atribuições dos técnicos de nível superior do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A equipe de referência do CRAS é interdisciplinar e a atribuição de trabalhar com famílias depende de um investimento e uma predisposição de profissionais de diferentes áreas a atuarem coletivamente, com objetivo comum de apoiar e contribuir para a superação das situações de vulnerabilidade e
- (A) validar as determinações institucionais em cada caso.
 - (B) fortalecer as potencialidades das famílias usuárias.
 - (C) respaldar condutas familiares adequadas.
 - (D) determinar perspectivas futuras de bem-estar.
 - (E) efetuar ajustes para sua promoção social.
48. Conforme define o Estatuto do Idoso, o envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, sendo obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade. Ainda de acordo com a Lei nº 10.741/2003 (art. 44), as medidas de proteção ao idoso poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, e levarão em conta os fins sociais a que se destinam e
- (A) o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
 - (B) a disponibilidade de meios próprios para seu provimento.
 - (C) as condições físicas e psicológicas do idoso.
 - (D) a comprovação de incapacidade de longo prazo.
 - (E) as ações da rede de solidariedade local.
49. De acordo com a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), a política de assistência social, que tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social é uma das diretrizes estruturantes da gestão do SUAS, juntamente com a
- (A) centralidade dos direitos.
 - (B) intersetorialidade e articulação.
 - (C) matricialidade sociofamiliar.
 - (D) integralidade protetiva.
 - (E) informação e referência.
50. A Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), ao criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, determina em seu art. 3º que serão a ela asseguradas as condições para o exercício efetivo de direitos fundamentais. Conforme § 2º do referido artigo, a criação das condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados na lei é de responsabilidade do poder público, da sociedade e
- (A) da autoridade judiciária.
 - (B) do Conselho da Mulher.
 - (C) das entidades de defesa.
 - (D) da família.
 - (E) do poder legislativo.

